



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O TRABALHO COM A LEITURA DESENVOLVIDO EM SALA DE AULA POR PROFESSORES, NAS ESCOLAS DO CAMPO, NO MUNICÍPIO DE IBIRATAIA.

Letícia Andrade Silva²⁴
(UESC)

Arlete Ramos dos Santos²⁵
(UESC)

RESUMO

O trabalho apresentado faz parte de uma pesquisa que está em andamento e tem como principal objetivo identificar como é trabalhada a leitura em sala de aula, quais os tipos e práticas de leitura permeiam o trabalho dos professores nas Escolas do Campo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em classes multisseriadas, no município de Ibirataia-BA. Será utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa e a metodologia consistirá em pesquisa de campo, através de observações de aulas e análise documental. O estudo está dividido em partes, a primeira apresenta a introdução, na segunda é apresentada uma discussão teórica sobre a leitura na perspectiva dos gêneros textuais, logo após, apresenta-se alguns resultados da pesquisa e depois uma conclusão parcial do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas do Campo; Gêneros Textuais; Leitura;

²⁴ *Mestranda em Educação pela UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, pelo Programa de Pós-graduação em Formação de Professores da Educação Básica - PPGÉ.

Membro do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH; Membro do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação (UESC), com registro no CNPQ.

E-mail: letyuneb@hotmail.com

**Pós-doutoranda em Movimentos Sociais pela UNESP; Doutora e Mestre em Educação pela FAE/UFMG; Prof^a Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz; Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação (UESC), com registro no CNPQ



INTRODUÇÃO

Atualmente, são inúmeras as discussões sobre a Educação do Campo no contexto nacional. Ao buscarmos as raízes epistemológicas do termo “campo”, observamos que o mesmo é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais, adotado pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos dos estudos do rural.

A conceituação de “educação do campo”, proposta na “Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2008”, integra duas perspectivas: aquela da área de localização da população (“populações rurais”) e aquela dos grupos, povos ou comunidades que se demarcam identitariamente. Ou seja, percebemos que há uma demarcação desse termo para destacar aspectos de territórios e identidades (SANTOS; SANTOS, 2015).

Assim se expressa Caldart (2009) sobre a Educação do Campo:

Ela é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas.

O que motivou o surgimento desta nova prática social foi a necessidade de lutas unitárias feitas pelos próprios trabalhadores e suas organizações por uma política pública de Educação do Campo que garantisse o direito das populações do campo à educação e que as experiências político-pedagógicas acumuladas por estes sujeitos fossem reconhecidas e legitimadas pelo sistema público nas suas esferas correspondentes (FONEC, 2012).

Os diálogos contemplam a melhor maneira de se abordar os conteúdos e conceitos científicos e ao mesmo tempo discute-se a importância de se valorizar os



saberes dessa população de forma que desperte o senso crítico e reflexivo sobre as situações que os envolvem no seu cotidiano.

O avanço tecnológico tem proporcionado uma reinvenção da leitura e mudado as formas de o leitor agir sobre o texto. Atualmente tem surgido muitas teorias que nos dizem sobre como os leitores leem, como compreendem os textos, mas é possível constatar, em muitas situações, que o tratamento dado a leitura pouco mudou.

Ainda há, em muitas práticas, uma grande semelhança com os modos como nós mesmos vivenciamos a leitura na época em que éramos alunos. É comum não se ensinar a ler, mas apenas pedir que os alunos leiam. Nesse caso, a escola acaba mais avaliando o que o aluno já sabe, ou que pensa que já devia saber, sem, necessariamente ensinar a leitura.

Diversos teóricos discutem sobre a complexidade do trabalho com a leitura. Segundo Kleiman (2004):

A leitura é uma atividade complexa devido aos múltiplos processos cognitivos utilizados pelo leitor ao construir o sentido de um texto, já que ela “não se dá linearmente, de maneira cumulativa, em que a soma do significado das palavras constituiria o significado do texto” (TERZI, 2002, p. 15).

Há um tempo atrás, considerava-se esta prática, apenas como uma atividade mecânica de decodificar palavras, ou de extrair sentidos que supostamente estariam facilmente prontos dentro do texto.

A leitura deve ser entendida, então, como um processo ativo e dinâmico, pois o “texto tem um potencial de evocar significado, mas não tem significado em si mesmo” (MOOR et al., 2001, p. 160). De acordo com Aebersold e Field (1997), o texto e o leitor são duas entidades físicas necessárias para que o processo possa ocorrer. Todavia, é a interação entre o texto e o leitor que constitui realmente a leitura.



Entendemos que a leitura está presente em todos os espaços e exige cada vez mais do leitor estratégias diversificadas no processo de interação, bem como características de um leitor competente.

Ao se entender que a língua não é uma estrutura pronta – que suas regras não funcionam sempre do mesmo jeito, mas que dependem da ação dos sujeitos – o leitor passa a ser concebido como sujeito ativo que constrói suas habilidades e conhecimentos na interação com o objeto (o texto escrito) e na interação com os outros (KLEIMAN, 1989; BRONCKART, 1999).

O trabalho com a leitura exige não apenas decodificação, mas a atribuição de outros sentidos e estes surgem após o estabelecimento de relações entre informações e seus conhecimentos. A leitura é tanto uma atividade cognitiva quanto uma atividade social. A primeira pressupõe que, quando as pessoas leem, estão executando uma série de operações mentais (como perceber, levantar hipóteses, localizar informações, inferir, relacionar, comparar, sintetizar, entre outras) e utilizam estratégias que as ajudam a ler com mais eficiência.

A leitura enquanto atividade social, pressupõe a interação entre um escritor e um leitor, que estão distantes, mas que querem se comunicar. Fazem isso dentro de condições muito específicas de comunicação, pois cada um desses sujeitos (o escritor e o leitor) tem seus próprios objetivos, suas expectativas e seus conhecimentos de mundo.

Sendo esta temática tão importante em todas as áreas do conhecimento, desmistificando a ideia de que ler e escrever são tarefas específicas da disciplina de Língua Portuguesa, este trabalho se propõe a pesquisar como acontece na prática, o trabalho com a leitura na sala de aula, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em classes multisseriadas, nas Escolas do Campo, bem como os tipos de leitura empregados nas aulas e suas finalidades.

A nossa intenção é identificar algumas concepções sobre a temática na prática dos professores, para isso, a metodologia empregada consiste na pesquisa bibliográfica e de campo, onde serão observadas e relatadas algumas aulas de leitura e as atividades



desenvolvidas com os alunos, no intuito de verificar como acontece de fato, este processo.

O TRABALHO COM A LEITURA NA PERSPECTIVA DOS GENÊROS TEXTUAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem o texto como unidade básica no ensino da língua e os gêneros como objeto de ensino. Os gêneros textuais são produções que estão presente na vida diária compadrões sociocomunicativos característicos, definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizado por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas.

Sendo assim, pode-se afirmar que, o trabalho com os gêneros é uma oportunidade excelente de se lidar com a língua nos mais diversos usos do cotidiano e segundo Marcuschi “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum um gênero.” (2002).

Na primeira concepção que se tem de linguagem quem não se expressa adequadamente não pensa. Nesta perspectiva o bom texto será aquele em que o indivíduo, de maneira lógica, exterioriza o pensamento de forma articulada e organizada. Nesta visão o produtor de texto não pode ser afetado pelo interlocutor nem pelas circunstâncias.

A segunda concepção vê a linguagem como um instrumento de comunicação, de acordo com Travaglia (1997):

[...] A língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Esse código deve, portanto, ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada. Como o uso do código que é a língua um ato social, envolvendo conseqüentemente duas pessoas, é necessário que o código seja utilizado de maneira semelhante, preestabelecida, convencionalizada para que a comunicação se efetive.



Esta compreensão despreza as marcas que o sujeito imprime no texto e subjugua a ação do outro (interlocutor) no ato da produção.

A terceira e última concepção vê a linguagem como instrumento de interação. Nesta visão o sujeito é ativo em sua produção linguística e interage com o outro (interlocutor) no ato de produção. O texto se insere num processo de interlocução. Ou seja, o aluno ao produzir um texto, possui um interlocutor real. Assim sendo, o ato de ler e escrever nessa visão é um processo de interação e não um produto convencionado e finalizado. Koch (1998) ratifica essa concepção ao afirmar que:

A produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades; trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal; é uma atividade interacional, visto que os interactantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual. (KOCH 1998, p.22).

Os gêneros têm um papel fundamental na interação social, segundo Bakhtin (1992), eles não só “regulam, organizam, como também significam interação humana, são eles que orientam todo ato de linguagem”. Desta forma se constituem uma poderosa ferramenta para o uso social da linguagem, já que são textos que encontramos socialmente.

Swales (1990) concebe os Gêneros textuais como tipos específicos de texto de qualquer natureza, literários ou não. Para ele tanto na forma oral como na escrita, os gêneros textuais são caracterizados por funções específicas e organização retórica mais ou menos típica. São reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos onde são utilizados.



Todo texto possui uma organização ou estrutura mais ou menos estável que constitui os gêneros textuais. A denominação dos gêneros é estabelecida em critérios heterogêneos havendo variação das categorias em função do uso que se faz dela.

Desta forma, como os gêneros textuais são textos que se apresentam nas manifestações sociais, por isso são ilimitados, permitem ampliar a interação social e responder as questões: Quem sou eu que falo, quem é meu interlocutor, qual o propósito da minha fala, etc. Para o interlocutor, os gêneros funcionam como um certo horizonte de significação, pois dão pistas de como se processará a interação.

Na convivência social, as pessoas, quando produzem textos, levam em conta, mesmo que inconscientemente, a situação em que estão e a situação em que o texto será recebido: para quem, quando, sobre o que, com que objetivo fala ou escreve. Com base nas condições definidas pelo contexto em que se dá o processo de interação verbal, o produtor escolhe o gênero textual que considera mais adequado.

Sendo assim, a produção textual de um gênero, não é uma atividade subjetiva, aleatória, ela está sempre ligada a um determinado espaço, momento, e instituições específicas. Para estimular a atenção e a participação do alunado nas aulas, é preciso que se saiba usar um determinado tipo de gênero, de acordo a cada situação comunicativa. É de acordo com a compreensão que o produtor tem do contexto, da relação entre ele e seu interlocutor, dos seus objetivos, que ele escolhe as construções sintáticas, as palavras, enfim o que julgar necessário a ocasião.

A entrada dos gêneros textuais na sala de aula tem o propósito de dar sentido ao ensino e a aprendizagem da escrita. Por que buscar a novidade dos gêneros em vez de consolidar a prática tradicional de trabalhar com os tipos textuais, como o narrativo, o descritivo, o expositivo? Porque como sugere Roxane Rojo (2000), a noção de gênero é mais resistente à gramaticalização. Essa expressão remete à prática tradicional de abordar textos escritos exclusivamente em seus aspectos formais, tratando os tipos como formas a serem preenchidas.

É muito importante e fundamental que a escola e o professor busquem no dia a dia dos alunos as informações que podem formar o conhecimento escolar e conduzir a



uma educação mais coerente com a vida e a experiência, e que esteja inserida no conjunto das relações sociais. A experiência pessoal do aluno, ao ser trabalhada pedagogicamente, se amplia e favorece a construção de novos conhecimentos e experiências de vida.

É por tudo isso que foi discutido que a relação professor-aluno não é ou pelo menos não deve ser uma relação de distanciamento, na qual um ensina conceitos, normas e classificações e o outro simplesmente assimila o que é ensinado. Ambos, professor e aluno são sujeitos que interagem em uma atividade comunicativa, onde se dá a aprendizagem.

Nesse sentido, a produção textual é um processo em que, embora o aluno seja propriamente o sujeito que elabora um determinado gênero, o professor é coprodutor, pois é quem interage com o aluno durante todo o processo de produção, com orientações orais e escritas.

Diante do exposto, defende-se o ensino de leitura e escrita na perspectiva dos gêneros textuais, pois, acredita-se que esta forma dinâmica de se trabalhar, poderá evitar que os alunos cheguem ao final de sua escolarização sem o desenvolvimento de suas capacidades básicas de leitura e mínimas condições para produzir textos. Em suma, o estudo dos gêneros, se bem conduzido, pode contribuir para a formação de leitores competentes e produtores de bons textos, à medida que as propostas de escrita passem a fazer sentido para o aluno.

ALGUNS RESULTADOS

O trabalho aqui apresentado, conforme explicitado no início do estudo, é parte de uma pesquisa que está em andamento e tem como ideia central, investigar a forma que é trabalhada a leitura, quais os tipos e práticas de leitura presentes nas aulas dos professores dos anos iniciais, nas classes multisseriadas, nas Escolas do Campo, no município de Ibirataia.



Geograficamente o município de Ibirataia localiza-se a 332 km da capital baiana, na mesorregião Sul, especificamente microrregião cacaueira a 14º 03' 45" de latitude Sul e 39º 41' 15" de longitude Oeste, limita-se ao Norte com Nova Ibiá, ao Sul e ao Leste com Barra do Rocha, ao Oeste e Sudoeste com Ipiauí e ao Noroeste com Apuarema.

O município pesquisado conta com 28 escolas rurais e 42 professores. Todas as instituições são formadas por classes multisseriadas. Serão pesquisadas 5 escolas e 8 professores. O critério de escolha levou em consideração a facilidade de acesso, pois existem escolas localizadas em áreas difíceis e com as chuvas frequentes na região, as dificuldades de deslocamento para estas localidades são maiores.

Este trabalho optou pela abordagem de pesquisa qualitativa. Segundo Esteban, Denzin e Lincoln (2005 apud FLICK, 2010):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem. (DENZIN; LINCOLN, 2005 *Apud* FLICK, 2010. p. 16)

Dessa forma, através de observações de aulas e dos planejamentos diários, percebeu-se que a leitura é realizada diariamente, de acordo aos níveis de aprendizagem. São feitas várias leituras, embora os professores não saibam de forma clara a funcionalidade de cada uma delas para que possam explorá-las de forma mais ampla.

São cobradas leituras individuais, silenciosas, leitura em voz alta, compartilhada e leitura livre. Esta última, assim chamada pelos professores para se referir a leitura extensiva, aquela em que o leitor não tem o compromisso de ler e logo depois responder



perguntas específicas ou marcar verdadeiro ou falso. A leitura extensiva tem várias funções e uma delas é cultivar o prazer de ler sem que alguém tenha ordenado.

Embora a intenção seja de ler por prazer, o aluno, naquele momento da aula, tem a obrigação de ler alguma coisa. Esse momento é chamado de livre porque ele pode escolher o que ler, mas existe a obrigatoriedade, nesse caso, a leitura deixa ter a função de ler por prazer para se tornar uma cobrança obrigatória.

Os alunos menores fazem a leitura de palavras, frases e imagens. Os livros didáticos são utilizados com muita frequência para cobrança do ato de ler. Estes contemplam vários gêneros textuais como poesias, biografias, textos jornalísticos, informativos e outros. Os professores também trabalham com a leitura utilizando várias modalidades como: parlendas, fábulas, lista, contos, quadrinhas, bilhetes, rótulos.

Apesar do pequeno acervo, através do Programa Nacional de Biblioteca nas Escolas (PNBE), todas as instituições têm os seus cantinhos de leitura, além disso, os professores exploram muito a leitura tendo como base o livro didático.

Observou-se também, que a leitura compartilhada poderia ser explorada de forma mais aprofundada, já que esta baseia-se no princípio teórico-metodológico de que se aprende em colaboração com o outro. Sendo assim, o texto a ser lido precisa ser aquele para o qual os alunos não possuam proficiência autônoma, pois, se assim fosse, não precisariam de colaboração para recuperar os sentidos do texto. Por esse princípio, fica evidenciada a importância dessa modalidade de leitura em contexto de escolarização inicial e alfabetização.

É fundamental, ainda, que os procedimentos utilizados pelos alunos para buscar as informações no texto sejam também foco da ação do professor, que deve solicitar que sejam explicitados à classe, de modo que possam de tornar “visíveis” aos alunos e, dessa maneira, possam ser apropriados por eles, tornando-se parte de seu repertório.

Foi constatado também durante o trabalho com a leitura, a ativação para os conhecimentos prévios e elaboração de perguntas pelos professores que contribuíram para suscitar hipóteses interpretativas e que foram constatadas durante e depois da



leitura, por exemplo: onde você acha que se passa a história? O que acha que vai acontecer?

Para alguns professores, em seus discursos e práticas, a concepção de leitura que se tem é de esta tem como função, a decodificação do sistema de escrita, a compreensão e a produção de sentido para o texto lido, está dentro do próprio texto. Não foi identificado em seus discursos e práticas o ato de ler como atividade prazerosa. Ler sempre estava relacionado a responder algo.

CONCLUSÕES

Diante das conclusões apresentadas neste trabalho, percebe-se que muitas concepções e posturas diante do trabalho com a leitura na escola tem mudado ao longo dos anos. Atualmente os professores das Escolas do Campo têm participado com frequência de capacitações, há encontros rotineiros para troca de experiências, estudos e principalmente a busca pelo ingresso e conclusão do ensino superior.

Este trabalho tem buscado algumas respostas sobre o tipo de trabalho que é desenvolvido com a leitura, nas Escolas do Campo, no município de Ibirataia, mas que se encontra em fase de investigação.

Muitas vezes, pedir um texto escrito em sala de aula é, para muitos professores, conviver, por alguns minutos com a angústia de não ver o aluno nada produzir ou escrever o mínimo possível, mesmo assim, na maioria das vezes, frases soltas e desconexas.

O que fazer diante dessa realidade é tão complexo quanto à própria situação vivenciada por um e outro. Os fatos apontados acima são reflexos de uma prática pedagógica que tem demonstrado o despreparo de muitos docentes no que tange ao ensino da leitura e das práticas de leitura.

Pretende-se, com maior rigor e contextualização do ambiente pesquisado, encontrar respostas que possam contribuir para que o ensino de leitura seja



desenvolvido de forma efetiva a fim de proporcionar melhores resultados no processo de ensino- aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- AEBERSOLD, J. A.; FIELD, M. L. **From read ertoreading teacher: issuesand strategies for second language classrooms**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail.. **Estética da criação verbal**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BRONCKART, J. **Os tipos de discursos: Atividades de linguagem, textos e textos discurso -por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 1999.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. 9º edição São Paulo, 1996.
- CALDART, R. S. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.
- DENZIN, N; K; LINCOLN, Ynonna S. (orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, Bookman, 2006, p.57. DF: MEC / SEF, 1998.
- DIONISIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA M. A. **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo**, Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012.
- KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 9. ed., 2004.
- KOCH, I. V. **O texto e a construção do sentido**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. **Argumentação e linguagem**. 3º ed. São Paulo: Cortez,1993.
- MARCUSCHI, LuisAntonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, Â. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MOOR, A. M.; CASTRO, R. V.; COSTA, G. P. O ensino colaborativo na formação do professor de inglês instrumental. In: LEFFA, V. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: Educat, 2001. p. 157-173.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.
- ROJO, Re (ORG.). **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- SANTOS, A. R. dos; SANTOS, J. P. dos. As especificidades do trabalho docente nas escolas do campo do município de Ilhéus-Ba. In: **Anais do V Seminário Nacional e I**



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Internacional PPGED e II Simpósio Internacional de Pós-Graduação em Educação: cooperação entre América do Norte e do Sul. UESB. 2015.

SILVA, L. A.. O Ensino de Leitura na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, anos finais, na perspectiva dos Gêneros Textuais. In:**Anais do V Seminário Nacional e I Internacional PPGED e II Simpósio Internacional de Pós-Graduação em Educação:** cooperação entre América do Norte e do Sul. UESB. 2015.

SCHNEUWLY, B; e DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. Trad. e org. Roxane Rojo e CORDEIRO, Glais Sales.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso.** Lisboa: Edições 70, 1981. Tradução de Ana M. Leite.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Tipelementos e a construção de uma tese geral de textos.** Campinas: Mimeo, 2002.